



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 636851 - SC (2020/0348132-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
EMBARGANTE : NATALICIO PEREIRA (PRESO)
ADVOGADOS : TIAGO MONTRONI E OUTROS - SC041946
ALEF ALEXANDRE DA SILVA - SC056715
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por NATALICIO PEREIRA.

Nas razões dos declaratórios (fls. 95-98), o embargante aduz que existe erro material da decisão embargada, pois "o processo NÃO FOI SUBMETIDO ANÁLISE POR ACÓRDÃO, EIS QUE O desembargador extinguiu" (fl. 97), o que autorizaria a análise pelo STJ.

Pugna, por fim, pelo saneamento da omissão e pela reconsideração do pedido de *habeas corpus*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Consoante o disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos de declaração enseja o aprimoramento da prestação jurisdicional, por meio da retificação do julgado que se apresenta omissa, ambíguo, contraditório ou com erro material.

A assertiva, no entanto, não pode ser confundida com o mero inconformismo da parte com a conclusão alcançada pelo julgador, que, a despeito das teses aventadas, lança mão de fundamentação idônea e suficiente para a formação do seu livre convencimento.

No caso, constato que o *decisum* embargado não foi omissa ou contraditório, porquanto consignou expressamente que não cabe a análise de *habeas corpus* manejado contra decisão monocrática de relator, sendo necessária a existência de julgamento colegiado e a consequente lavratura de acórdão para legitimar a atuação e abrir a competência do STJ.

A propósito, trouxe excerto de julgado desta Corte que esclarece a imprescindibilidade de "exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020), de modo que caberia à impetrante o manejo de agravo regimental na origem .

Neste sentido:

2. Impetrado o *habeas corpus* em face de decisão monocrática e ausente a interposição de agravo regimental para submissão ao colegiado competente, não cabe a análise da controvérsia por esta Corte Superior. (AgRg no HC 613.907/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 20/11/2020.)

1. Se a inicial do *habeas corpus* é manejada contra decisão singular do Relator no Tribunal de origem, sem a interposição de agravo com a finalidade de obter manifestação do Órgão Colegiado, impõe-se reconhecer a incognoscibilidade da ação mandamental, impetrada antes do exaurimento da instância antecedente. (AgRg no HC 595.988/SP, relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/10/2020, DJe 12/11/2020.)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente